



Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

1º Semestre de 2024

Contexto

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) foi criada com a missão de fortalecer o diálogo entre governo e sociedade em torno da construção de uma agenda estratégica, aliando desenvolvimento econômico com o imperativo da sustentabilidade.

Instalada em 20 de julho de 2023, com a participação da Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Sra. Marina Silva, a Comissão definiu dois objetivos prioritários para seus trabalhos: (i) contribuir para a preparação da 30ª Conferência das Partes sobre Mudanças do Clima (COP30), que será sediada em Belém/PA em 2025, e (ii) contribuir para o Plano de Transformação Ecológica em elaboração no Governo Federal, sob liderança do Ministério da Fazenda.

Panorama geral das entregas passadas

Em relação ao Eixo 1, Preparação COP 30, a CMADS recomendou a construção de uma agenda ativa de participação dos povos e comunidades tradicionais no planejamento, execução e desdobramentos da COP 30, em 2025, com apoio do CDESS e da Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente e Mudanças do Clima (SNPCT/MMA). Além da estratégia de articulação, a CMADS demonstrou preocupação com a imagem e reputação do Brasil no mundo, propondo a construção de um manual de mensagens qualificado, fundamentado em premissas estratégicas e comunicacionais, destacando a relevância do Brasil como anfitrião da COP 30 e seu comprometimento com questões ambientais globais. Nesse sentido, as discussões do grupo indicaram a necessidade de ressaltar a brasilidade da COP30, dando protagonismo à Amazônia, expressando a importância de escuta de múltiplos atores no território (empresários, sociedade civil entre outros), a fim de ter um diagnóstico preciso sobre os pontos fortes da região.

No âmbito do Eixo 2, Plano de Transformação Ecológica, a CMADS definiu diversos subtemas, gerando recomendações nos subtemas "Adensamento Tecnológico e "Nova Infraestrutura Verde". No primeiro subtema, foi recomendada a criação de um Índice Nacional de Meio Ambiente, que afira os indicadores sobre Cadastramento Rural, Licenciamento Ambiental e Monitoramento, de forma similar ao que já existe na educação como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). A proposta visou a adoção de uma métrica abrangente para a avaliação sistêmica das políticas e práticas ambientais adotadas pelo país, abarcando aspectos cruciais como o registro de propriedades rurais, o processo de licenciamento ambiental e a qualidade do monitoramento.

Já no subtema "Nova Infraestrutura Verde", a Comissão fez recomendações em relação às compras públicas sustentáveis, ao impacto das mudanças climáticas nas cidades e ao uso da madeira certificada na construção civil.

Ainda em 2023, integrantes da CMADS participaram da 28ª Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas, de painel que ocorreu no Pavilhão Brasil, em conjunto com a Secretaria Nacional de Povos e Comunidades e Desenvolvimento Sustentável (SNPCT), do Ministério de Meio Ambiente e Mudança do Clima, denominado

“Proteção, Promoção e Participação de Povos e Comunidades Tradicionais nas discussões globais sobre mudanças climáticas”. O painel reuniu representantes de Povos e Comunidades Tradicionais com incidência regional e global, bem como entidades internacionais de proteção aos direitos desses grupos e seu financiamento, com participação do Conselho Nacional das Populações Extrativistas, do Fórum Internacional de Povos Indígenas sobre Mudanças do Clima (IPFCC), Organização Internacional do Trabalho, Fundo Verde do Clima e Organização das Cooperativas do Brasil.

Atividades da Comissão

Em março de 2024 foram retomadas as reuniões da CMADS. Os trabalhos já nesse mês incluíram a realização de seminário “CDESS e G20: Contribuições de Conselheiras e de Conselheiros para um mundo justo e sustentável”, que contou com a participação da Embaixadora Tatiana Rosito, Ministro Felipe Hees, Chefe da Assessoria Especial Gustavo Westmann.

Paralelamente, os trabalhos da Comissão tiveram como prioridade os subtemas COP 30 e Nova Infraestrutura Verde – Imagem e Reputação.

No tema Imagem e Reputação, a primeira reunião endereçou o contexto da COP30, indicando o objetivo de levantar possíveis legados da realização do evento no país, buscando otimizá-los e contribuir para a sua maximização. Ademais, apontou como possíveis ações: os potenciais legados e contribuições do evento à região amazônica; as potenciais intervenções pré-evento; e o fomento de maior incidência dos setores do CDESS nos acordos internacionais a serem firmados.

Nesse sentido, foi proposta elaboração de pesquisa sobre a visão atual do mundo e do país no contexto da COP 30. A Secretaria Executiva do CDESS acordou em apoiar a oitiva dos conselheiros nas etapas qualitativa e quantitativa, fazendo a ponte entre os conselheiros e a equipe de pesquisa privada coordenada por um grupo de conselheiros.

Após a oitiva de conselheiros, o instituto de pesquisa detalhou um plano de trabalho delineando a metodologia e as entregas, que inclui escuta com o CDESS, análise de conteúdos e pesquisas existentes (APEX, Embratur, SRI, MRE, Secom, etc); escuta com representantes do governo; compilação e análise da agenda internacional de Presidente; mapeamento de porta-vozes e análise de manuais de mensagens.

Espera-se que os resultados da pesquisa contribuam para identificar os possíveis legados da realização da COP 30 no país, buscando otimizar e contribuir para sua maximização. As conferências da COP geralmente visam estabelecer metas e compromissos internacionais para lidar com as mudanças climáticas, bem como promover a cooperação global em questões ambientais. Os legados de tais conferências geralmente incluem acordos, compromissos de redução de emissões, financiamento climático, cooperação internacional reforçada e conscientização pública sobre questões climáticas. Além disso, as cidades que sediam as COP fomentam o incremento de infraestrutura e trazem luz sobre os debates regionais acerca dos impactos das mudanças climáticas sob suas regiões.

Desta forma, a realização de uma COP numa cidade amazônica pode trazer diferentes legados ao país, à região e nos modelos de acordos a serem firmados, além de legados

acerca da imagem e reputação internacional do país, capacitação de recursos humanos na região, incentivo ao turismo de base comunitária, infraestrutura local, acordos internacionais ambiciosos para áreas florestadas, além de novas fontes de financiamentos para adaptação e mitigação às mudanças climáticas.

No tema Nova Infraestrutura Verde foram realizadas reuniões específicas, quinzenais. O grupo priorizou a temática de Nova Matriz de Transporte, com discussões sobre as matrizes de transporte urbana, inter-regional e para a exportação. Foram feitas discussões sobre a carência e ampliação da malha e a necessidade de se fazer a transição para modais menos poluentes. Os conselheiros indicaram alternativas de meios de transportes para exportação que sejam mais eficientes, do ponto de vista logístico e ambiental.

É urgente a implementação de uma Nova Matriz de Transportes de perfil intraurbana, interurbana, regional e nacional que mitigue os efeitos pendulares metropolitanos, que seja não poluente e que impulse o desenvolvimento econômico e social, reduzindo as desigualdades de oportunidades.

É necessário, também, impulsionar o setor ferroviário, principalmente de carga geral, cabotagem e transporte fluvial, trabalhando na revisão da regulamentação dos setores e disponibilizando recursos para investimento com taxas atrativas para incentivo de investimentos. Como exemplo, ampliar o escopo das ações previstas para financiamento com o Fundo do Clima (gestão do BNDES) para incluir investimentos ferroviários greenfield ou que não sejam obrigatórios em concessões.

É preciso atualizar o PNL (Plano Nacional Logístico) pela INFRA SA com a sinalização dos investimentos prioritários para a criação de corredores logísticos que fomentem o desenvolvimento nacional e a redução do custo logístico.

A segunda temática priorizada foi a Adaptação das Cidades às Mudanças no clima. Para pensar em cidades é preciso compreender as múltiplas dimensões do território: o território da cidade.

O Eixo aprofundou em questões de adaptação, resiliência e no papel das cidades e da nova infraestrutura urbana, que são detalhados a seguir.

Adaptação e resiliência: porque é importante falar das duas coisas, e ainda de enfrentamento.

Ao tempo em que o termo Resiliência significa, na Física, a resistência ao choque, a propriedade pela qual a energia armazenada em um corpo deformado é devolvida quando cessa a tensão causadora de uma deformação elástica, na Psicologia é empregado como a capacidade de avaliar e lidar com problemas, enfrentá-los, superá-los, e/ou adaptar-se a situações adversas. A Adaptação, por sua vez, é definida na Biologia, como o ajustamento de um organismo, particularmente o do ser humano, às condições do meio ambiente (Aurélio).

Por analogia, consideramos que cidades resilientes são aquelas que conseguem prever e suportar os impactos dos eventos climáticos, na busca de voltar à normalidade. No entanto, a ideia de normalidade nos parece superada, na medida em que tais mudanças já

em curso, ocorrerão cada vez mais bruscas, intensas e frequentes, transformando o que hoje conhecemos, e reconhecemos, como condições normais do território. Adaptar as cidades implica em ações preventivas e curativas, em projetar a ideia de como as cidades precisam se constituir, de planejar e operar para que todas as intervenções (planos, projetos, programas e serviços) convirjam para o desenho proposto, de forma transversal e interdependente.

Para pensar em cidades é preciso compreender as múltiplas dimensões do território, que não se esgotam nas intervenções intraurbanas. O território da cidade, aquele que ela ocupa, com suas características naturais, e/ou alteradas pela ocupação humana, em suas múltiplas interações, vai além, refere-se, sobretudo, as características de inserção metropolitana, regional e inter-regional. Encostas, várzeas, áreas de riscos e eventuais potencialidades não se circunscrevem a um determinado espaço territorial, mas se multiplicam em efeito cascata, atingindo também áreas urbanas e rurais adjacentes.

Assim, territorializar o Planejamento não se limita ao tradicional exercício de orçamento e finanças, seja ele feito pelo poder público ou pela iniciativa privada. Decisões comerciais são muitas vezes tomadas sem comprometimento com as consequências ambientais e sociais. Exemplos recentes, e eloquentes, são os impactos causados pelas atividades econômicas, principalmente as de caráter extrativista, extensivas ou poluentes (mineração, agricultura extensiva, madeireira, indústrias poluentes) como as barragens das mineradoras em Minas Gerais e a ocupação de várzeas, no Rio Grande do Sul, pelo cultivo da soja e não pelo arroz.

A grande ameaça que se desenha no horizonte é a falta de água para consumo humano, especialmente nas áreas metropolitanas, com a seguida destruição de mananciais e a poluição de águas superficiais e subterrâneas, além de impactar e inviabilizar a vida das comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas. Há, ainda, a perda de atividades econômicas de médio prazo, mediante a degradação de paisagens, sítios potenciais para o turismo e lazer das populações.

Podemos indicar três aspectos do problema a ser enfrentado:

- 1. Há um grande distanciamento entre o planejamento e as ações concretas no território. Planos diretores, mesmo quando construídos de forma participativa, são ignorados nas decisões cotidianas das prefeituras (ações como corte de árvores, impermeabilização do solo, gastos com obras não consideradas prioritárias). Não há, entre os habitantes, o poder público e a iniciativa privada um pacto ou acordo tácito sobre como as cidades devem ser e o que devem oferecer em seus múltiplos aspectos.**
- 2. Muitas decisões legislativas, nos 3 níveis de governo— federal, estadual e municipal – são desvinculadas da compreensão dos impactos ambientais e sociais que delas resultarão. Há urgência de implementação e monitoramento daquelas que apontam para a preservação e a justiça ambiental.**
- 3. O licenciamento ambiental de atividades é, muitas vezes, precário e mal formulado, quando não ignorado ou mesmo alterado.**

Como propostas, apresentamos a necessidade de:

- A. Fortalecimento das instituições públicas no comando do interesse público;**
- B. Investimento público na contratação de consultorias técnicas, que incluam seus produtos a capacitação do funcionalismo público;**

C. Participação social durante os processos de elaboração, decisão e implementação de propostas;

D. Reconstrução de cidades e de unidades habitacionais a partir da lógica de resiliência, adaptação e mitigação dos efeitos da crise climática, com respeito às legislações urbanas e ambientais;

E. A incorporação do princípio de justiça climática e social, com atenção às questões de gênero, raça e classe.

Para tratarmos de cidades resilientes, é preciso ordenar o território, ofertando moradia digna, em seu amplo aspecto. Os aspectos relacionados à Moradia Digna se debruçam sobre questões de curto, médio e longo prazo. Seja qual for a solução para a moradia, ela deve atender aos padrões de arquitetura sustentável (captação de energias renováveis, aproveitamento de águas pluviais e reuso de águas cinzas, soluções para conforto térmico e redução do uso de energia, coberturas verdes, etc) e às características sociais e culturais das populações envolvidas nos projetos, que obedeçam às condições de territorialidade e segurança.

Na organização do território intraurbano, é preciso levar em conta a criação e manutenção de áreas de preservação permanente; o restabelecimento da paisagem ecológica; a delimitação de áreas de risco e áreas frágeis; a criação de espaços verdes e incentivo à arborização e permeabilidade do solo urbano; a reutilização de imóveis vazios ou subutilizados, já dotados de infraestrutura urbana; além de reconhecer, nos planos, projetos e ações, a existência do racismo ambiental e a necessidade de propostas alinhadas à justiça climática e social.

Por fim, saudar o decreto nº 12041, de 05 de junho de 2024, que institui o **Programa Cidades Verdes Resilientes**, e afirmar que os temas aqui tratados serão debatidos e aprofundados nos trabalhos subsequentes do eixo, em seminários, reuniões e documentos.

Para avançar em relação aos dois assuntos do eixo Nova Infraestrutura Verde, os conselheiros propuseram a realização de eventos presenciais, a serem realizados no segundo semestre de 2024, além de reuniões temáticas com atores governamentais para desenhar o panorama das políticas atuais em implementação.

Reuniões Gerais

Foram realizadas 4 reuniões gerais da CMADS. Na reunião de abril a convidada foi a Ministra Lilian Chagas, Diretora do Departamento de Clima, Ministério de Relações Exteriores, que apresentou o tema "Legado da COP 30 sob a perspectiva internacional". Na ocasião, a Ministra contextualizou a COP 30 no âmbito das negociações do clima, bem como seu histórico e a importância do avanço nas negociações para tornar a COP brasileira um legado no âmbito do arcabouço jurídico legal vinculante nas negociações climáticas. Enfatizou ainda que as políticas verdadeiramente transformadoras dependem de acordos robustos que direcionem os países para economias menos dependentes do consumo de recursos naturais globais. Destacou também a importância da construção de mecanismos inovadores dentro dos acordos da COP para as florestas tropicais.

A reunião de maio contou com a apresentação dos professores Rafael Franca e Rogério Uagoda, da Universidade de Brasília (UnB), sobre as mudanças do clima nas cidades e as

dinâmicas de uso e ocupação do solo nos centros urbanos, respectivamente. Na ocasião, a Ministra contextualizou a COP 30 no âmbito das negociações do clima, bem como seu histórico e a importância do avanço nas negociações para tornar a COP brasileira um legado no âmbito do arcabouço jurídico legal vinculante nas negociações climáticas. Enfatizou ainda que as políticas verdadeiramente transformadoras dependem de acordos robustos que direcionem os países para economias menos dependentes do consumo de recursos naturais globais. Destacou também a importância da construção de mecanismos inovadores dentro dos acordos da COP para as florestas tropicais.

A reunião de maio contou com a apresentação dos professores Rafael Franca e Rogério Uagoda, da Universidade de Brasília (UnB), sobre as mudanças do clima nas cidades e as dinâmicas de uso e ocupação do solo nos centros urbanos, respectivamente. Na ocasião, também foi abordada a tragédia das enchentes no Rio Grande do Sul, coincidentes com o tema da reunião. Na ocasião, os conselheiros sugeriram a criação de grupo específico para levantar e propor soluções aos problemas do Rio Grande do Sul em relação às causas e consequências da enchente então em curso. Também foi feita a apresentação do Programa Cidades Verdes e Resilientes, com Maurício Guerra, Diretor de Meio Ambiente Urbano, do MMA. Vale salientar que o Decreto que institui o Programa Cidades Verdes e Resilientes foi lançado em 05/06/2024, com o objetivo de promover a qualidade ambiental e a resiliência das cidades brasileiras diante dos desafios impostos pela mudança climática.

Eventos

Seminário “CDESS e G20: Contribuições de Conselheiras e de Conselheiros para um mundo justo e sustentável”

Contou com a participação da Embaixadora Tatiana Rosito, Ministro Felipe Hees, Chefe da Assessoria Especial Gustavo Westmann e Marcel Fukayama, além dos Conselheiros Ana Fontes, Henrique Frota, Ingrid Barth, Lara Stahlberg e Luiza Trajano.

MESA DE DEBATE ENTRE CDESS E CESE SOBRE: A Transição Energética em Pauta: Os potenciais do Hidrogênio de Baixas Emissões e do Sustainable Aviation Fuel – SAF

No dia 10 de abril de 2024, foi realizada uma mesa de debate visando a troca de experiências e conhecimentos entre os Conselheiros do CDESS, representantes do Ministério de Minas e Energia, Ministério da Fazenda, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, BNDES, APEX e do Conselho Econômico e Social Europeu (CESE). O evento promoveu um importante debate sobre a importância de uma cooperação eficaz entre o Brasil e a União Europeia para alcançar metas ambiciosas de descarbonização e de sustentabilidade. Isso envolve identificar áreas de convergência de interesses, como o desenvolvimento de tecnologias verdes, a produção de Hidrogênio Verde e Combustível de Aviação Sustentável, e explorar oportunidades de colaboração que possam impulsionar a transição para uma economia de baixo carbono. Além disso, a discussão buscou encontrar formas de maximizar o potencial dessa cooperação em um prazo mínimo, garantindo que as ações sejam efetivas e contribuam para mitigar os impactos das mudanças climáticas e promover o desenvolvimento sustentável. O encontro também resultou em um relatório que servirá de subsídio para o trabalho da comissão temática no próximo semestre.

Grupos de Trabalho relacionados

Economia Circular

Instituído no primeiro semestre de 2024, tem por objetivo identificar e propor mecanismos e estratégias de transição da economia linear para a economia circular a partir da visão de diferentes atores.

Amazônia

O Grupo de Trabalho Amazônia foi instalado na Cúpula da Amazônia, no dia 04 de agosto de 2023, com a presença de autoridades brasileiras federais, estaduais e municipais. Composto por 43 Conselheiros, contou com representantes reconhecidos de diversos setores direta e indiretamente ligados ao tema da Amazônia. O GT realizou 28 reuniões, entre reuniões gerais, reuniões de coordenação e reuniões temáticas com consulta técnica a colaboradores, denominadas Encontro de Subsídios, culminando com a apresentação ao Presidente da República no dia 12 de dezembro. Os Encontros de subsídios possibilitaram a visão do governo, a visão dos especialistas na área, a visão das empresas que atuam com as temáticas abordadas, a visão dos atores locais que trouxeram as experiências amazônicas, em um processo rico de construção colaborativa de propostas de políticas públicas.

Os produtos concluídos/apresentados foram

- **PAC Sociobio**
- **Programa Luz Para Todos Na Floresta**
- **PAC Sanear Amazônia**
- **Programa Mais Conhecimento Da Amazônia**

Foi uma enorme conquista as primeiras reverberações positivas da proposta de um Programa de Aceleração da Cidadania que reúne as quatro propostas anteriores e poderemos denominar de "PAC da Floresta". Essa proposta amadureceu nas discussões no âmbito dos Eixos deste GT, com contribuições importantes de cada eixo.

A proposta foi definida como um programa interministerial, centrado na Casa Civil, priorizando ações de infraestrutura básica para os povos da floresta (energia, água/saneamento e conectividade), como uma estratégia de promoção da cidadania, redução da pobreza multidimensional, geração de renda com as cadeias da sociobiodiversidade e justiça climática para os guardiões da floresta. Esses povos são responsáveis por conservar mais da metade dos ecossistemas naturais da Amazônia e merecem atenção diferenciada.

Em 2024, o monitoramento das atividades teve como objetivo acompanhar o andamento das propostas elaboradas. Foram realizadas 04 reuniões com órgãos governamentais. Em abril, foi realizada reunião com a Secretária Nacional de Populações e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, Edel Moraes, e sua equipe. Apresentamos os resultados do GT Amazônia, com ênfase na abordagem de investimentos integrados para prover as comunidades que protegem florestas de infraestrutura básica,

acesso a tecnologias e condições para melhorarem a renda a partir da Sociobioeconomia.

O Bolsa Verde está sendo utilizado como âncora para suprir necessidades de saneamento, energia e Internet para as comunidades onde há beneficiários do programa. No entanto, a escala de atendimento da infraestrutura social ainda é incipiente considerando a demanda. De 30 mil Bolsas entregues, apenas 4.500 unidades familiares foram atendidas com Saneamento no Pará e Amapá. A Secretaria atua com 28 segmentos de povos e populações tradicionais. O Bolsa Verde tem como metodologia o atrelamento de infraestrutura de energia, água e saneamento, para as comunidades que recebem o benefício. Atualmente, 4.500 unidades familiares receberam kits de energia e Internet, provenientes de ajuda internacional.

Também foi realizada reunião com o Coordenador Geral de Povos Quilombolas Rozemberg Dias e o chefe de divisão Victor Cruzeiro, do Ministério da Igualdade Racial. Os coordenadores do MIR afirmaram que os quilombolas não estão sendo atendidos pelo Bolsa Verde porque o recurso é insuficiente e o MMA priorizou os extrativistas da Amazônia. O ideal seria que os Quilombolas da Amazônia Legal fossem atendidos. Porém, o foco do MIR e da Secretaria, liderada pelo Secretário Ronaldo Santos é a implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Comunidades Quilombolas (PNGTAC) *Decreto 11786/2023* Coordenado pelo Ministério da Igualdade Racial, Ministério do Meio Ambiente e Ministério do Desenvolvimento Agrário, que tem por objetivo fortalecer os direitos territoriais e ambientais das comunidades Quilombolas.

Com base nessa Política, os Planos Locais são o instrumento estruturante pelo qual as comunidades identificam suas demandas sociais, econômicas e de infraestrutura, e o governo orienta seus apoios. Para a implementação de todos os Planos do país são necessários cerca de R\$400 milhões, dos quais o MIR está negociando R\$200 milhões junto ao BNDES. Para os outros R\$200 milhões, são necessárias mediações no Governo para empréstimo junto ao Banco Mundial.

Além disso, foi realizada reunião com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio / MDIC e parceiros do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Foram apresentados os resultados do GT Amazônia, especialmente a proposta Mais Conhecimento na Amazônia, defendida pelo conselheiro Ennio Candotti e encaminhada pelo pleno do GT. Consiste em um programa de contratação por meio de bolsas, de profissionais egressos das Universidades e Institutos Federais formados na Amazônia, em projetos, programas de governo e iniciativas comunitárias voltadas para promover economias sustentáveis e serviços de cidadania na região.

O programa é inspirado no Mais Médicos, amplificando seu alcance para várias outras profissões como mais engenheiros, mais sanitaristas, mais economistas, de acordo com as demandas locais. A Secretária Verena Ritner sugeriu que o Programa se chame Ennio Candotti, considerando a trajetória científica e a dedicação do referido conselheiro à produção e divulgação científica na Amazônia.

O MDIC está implementando uma iniciativa voltada para as indústrias e, com o MDA, o Mais Agrônomos. O INCRA/MDA está contratando bolsistas com um modelo próximo à proposta do CDESS, voltado para regularização fundiária. O MDA informou ainda que a Política

Nacional de Assistência Técnica está vigente e que tem várias modalidades de contratação de técnicos, voltados para a agricultura familiar.

Ainda em abril de 2024, foi realizado o Diálogo Intergovernamental com as Propostas do GT Amazônia, com a presença da Secretaria Nacional de Bioeconomia do Ministério do Meio Ambiente, assessoria do Senador Jacques Wagner, FIOCRUZ, UFOPA, CNDI/MDIC, e conselheiros.

A proposta geral do GT articula os três eixos:

- 1. Economias da Sociobiodiversidade;**
- 2. Infraestrutura Comunitária e Segurança dos Territórios;**
- 3. Ensino Superior e Tecnológico e Pesquisa.**

O pressuposto geral é a redução das desigualdades de acesso à infraestrutura e a valorização do conhecimento instalado na região como condição básica para a geração de renda e cidadania com o impulsionamento das economias sustentáveis reunidas no conceito de sociobioeconomia.

Apesar do tema estar inserido em várias ações de governo, observa-se necessidade de maior articulação na implementação. Há a necessidade de integrar e dar centralidade, considerando o papel da Amazônia e dos demais biomas na Política de Clima e na COP 30. O financiamento da Sociobioeconomia requer recursos estruturais, como os Fundos Constitucionais, adaptados à realidade socioeconômica e cultural dos beneficiários da floresta e especificidades territoriais. As políticas precisam ser implementadas com enfoque sistêmico contemplando os três eixos do PAC Sociobio (Fomento, infraestrutura e assistência técnica).

Por fim, no mês de junho foi realizada uma reunião com o Secretário Moisés Savian / Secretário de Governança e Desenvolvimento Territorial / MDA abordando o Programa Florestas Produtivas, com previsão de publicação de decreto ao final de junho. Foi apresentado o Programa Mais Conhecimento da Amazônia, com sinalização positiva de interesse de implementação pelo MDA.



Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselheiros inscritos:

91

Grupo coordenador:

9 conselheiros - Elbia Gannoum; Guto Quintella; Jeanine Pires; Jeovani Salomão; Jose Carlos Martins; Marina Grossi; Ricardo Patah; Rodrigo Sabatini; e Victor Bicca.

Equipe CDESS:

Lígia Valadão e Raimunda Monteiro

Data da instalação:

20 de julho de 2023

Ministros presentes na reunião de instalação:

Marina Silva

Ministérios e entidades envolvidos:

Ministério de Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Turismo, Ministério de Gestão e Inovação em Gestão Públicos, Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Casa Civil/ Presidência da República, Petrobrás, Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur) e Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX).